



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELACI**

**(ITEM 3.2.24, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)**

**EXERCÍCIO 2023**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**EMITENTE:** Unidade Central do Controle Interno

**ENTIDADE:** Prefeitura Municipal de Muniz Freire

**GESTOR RESPONSÁVEL:** Gesi Antônio da Silva Júnior

**ANO:** 2023

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente relatório tem por objetivo apresentar as atividades executadas pela Unidade Central do Controle Interno - UCCI, conforme as ações previstas no Plano Anual das Atividades do Controle Interno (PAACI/2023), assim como as atividades não planejadas, mas que exigiram atuação direta da equipe desta Unidade Central de Controle Interno.

Esta UCCI prestou assessoramento, orientação e atendimento de consultas técnicas às Secretarias Municipais, em relação aos assuntos referentes a demanda da Ouvidoria.

Foram elaborados os Relatórios RELACI (Relatório de Atividades do Órgão Central de Controle Interno), RELOCI e RELUCI (Parecer Conclusivo das Prestação de Contas Anuais). A Unidade Central de Controle Interno acompanhou as alterações legislativas, orientações de órgãos de controle externo e de consultoria, como Confederação Nacional dos Municípios, FECONTES, SECONT/ES, TCE/ES, TCU, dentre outros.

A partir disso manteve-se promovendo discussões internas, com a equipe e com os setores estratégicos da Prefeitura, como Procuradoria Geral do Município, Gabinete do Prefeito, Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Divisão de Contabilidade, dentre outros.

Acompanhou-se as atualizações no Portal da Transparência, assim como também, devido a mudança da empresa locadora do sistema do Portal da Transparência, a equipe desta UCCI alimentou manualmente diversos dados exigidos pelos órgãos de controle.

Nos tópicos seguintes será apresentada: a composição do pessoal lotado nesta UCCI, a relação de cursos por eles participados, bem como as atividades executadas durante o exercício. Além dos Pontos de Controle avaliados, os achados e as devidas proposições referente ao exercício 2023.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A Unidade Central de Controle Interno encontra-se situada na sede da Prefeitura Municipal de Muniz Freire e sua equipe é constituída atualmente somente por 02 (dois) servidores que ocupam os seguintes cargos: 01 Controlador Geral (Graduado em Direito) e 01 Superintendente de Controle Interno (Graduado em Administração).

**2. CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELOS SERVIDORES**

CURSO	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
OUVIDORIA DAY 2023	Lucas Dallapicola T. Miranda	Tribunal de Contas do Espírito Santo	Presencial
O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL DOS RPPS	Lucas Dallapicola T. Miranda	Tribunal de Contas do Espírito Santo	Presencial
APRESENTAÇÃO PRÁTICA SOBRE PESQUISA DE PREÇOS E AS DECISÕES DO TCU COM BASE NA LEI 14.133/2021	Lucas Dallapicola T. Miranda	Tribunal de Contas do Espírito Santo	Presencial
Diretrizes e procedimentos do TCEES na análise da PCA	Lucas Dallapicola T. Miranda	FEST	Presencial
Elaboração dos Editais de Chamamento Público	Lucas Dallapicola T. Miranda	ICAP – Instituto de Capacitação Pública	Presencial
NOVA LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/21	Lucas Dallapicola T. Miranda	Licidata Cursos	Híbrido

**3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UCCI**

- Análise das documentações e que compõe a Prestação de Contas Anual das Contas de Ordenador Prefeitura e Contas do Prefeito do Município de Muniz Freire/ES, para elaboração do Relatório e Parecer Conclusivo da Unidade central de Controle Interno – RELUCI, relativo ao exercício financeiro de 2023;
- Acompanhamento, publicação, e orientação aos setores responsáveis por publicações no Portal da Transparência, devido as fiscalizações dos órgãos externos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- Orientação ao Chefe do Poder Executivo quanto a elaboração da LDO;
- Realização de acompanhamento das informações prestadas através da Ouvidoria;
- Solicitação de documentos e informações às Secretarias e suas Divisões, para fins de verificação de Pontos de Controle;
- Vários despachos de autorização para encerramento e arquivamento de processos concluídos;
- Elaboração dos Relatórios e Pareceres Conclusivos;
- Homologação das prestações no prazo estipulado pelo TCEES;

**4. PONTOS DE CONTROLE AVALIADOS**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Informações Analisadas</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle<sup>4</sup></b>	<b>Amostras Selecionadas<sup>5</sup></b>
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil .	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Movimento Financeiro – Contabilidade – Total R\$ 4.211.786,90	100%
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei nº 924/2020  Balanço Orçamentário  Balanço Financeiro	CF/88, art. 40.  LRF, art. 69.  Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS	Balanço Orçamentário  Balanço Financeiro	100%
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - STN/SICONFI	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais	R\$ 15.354.315,42 - 4,52% Sobre a RCL	100%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

				créditos tributários de competência do ente da federação.		
1.4.1.	Educação aplicação mínima	RELATÓRI O RESUMID O DA EXECUÇÃO O ORÇAMEN TÁRIA	CRFB/8 8, art. 212, Lei nº 9.394/19 96	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	R\$ - 19.672.126 ,81 - 30,47%	100%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	RELATÓRI O RESUMID O DA EXECUÇÃO O ORÇAMEN TÁRIA	CRFB/8 8, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/201 2, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	R\$ 17.768.071 ,7 (equiv alente a 109,17%)	100%
1.4.4	Saúde aplicação mínima	RELATÓRI O RESUMID O DA EXECUÇÃO O ORÇAMEN TÁRIA	CRFB/8 8, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/201 2, arts.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente,	R\$ 16.003.940 ,83 (equiv alente a 24,79 % das despesas liquidadas)	100%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

			6º e 7º.	pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012		
1.4.7	Despesas com pessoal	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal /TCEES	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ - 45.731.300,69 – 47,58% - Dentro dos limites.	100%
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatório Contábil	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF	R\$ 96.111.879,54 - Dentro dos limites Constitucionais	100%
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/88, ART. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB.	Movimento Financeiro – Contabilidade – Total R\$ 4.211.786,90	100%
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	STN/SICO NFI	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e	Dívida Consolidada Líquida - (R\$ 15.354.315,42 - 4,52% Sobre a RCL)	100%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

				cinco por cento) no primeiro.		
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Documentação encaminhada pelas UG's.	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Em conformidade e compatibilidade com a IN 68 do TCEES.	100%
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	CRFB/88, art. 165, § 1º	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Art. 2º da Lei 2.712/2022	100%
2.1.2	LDO limitação de empenho.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Art. 22 da Lei 2.712/2022	100%
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Art. 23 da Lei 2.712/2022	100%





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Art. 26 da Lei 2.712/2022	100%
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022 – Anexo II	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Art. 3º da Lei 2.712/2022 – Anexo II	100%
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios Obtidos junto ao Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Atendimento e cumprimento legal aos padrões constitucionais.	100%

**5. AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS.**

Informamos que não foram realizadas auditorias ou outros procedimentos similares no ano de 2023, uma vez que o Órgão Central de Controle Interno, até o final daquela ano era composto apenas pelo Controlador Geral Municipal. Desta forma, tornou-se totalmente impossível a realização de auditorias, uma vez que para tanto faz-se necessário a formação de uma equipe de Controladores Internos.

Ressalta-se que o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.310/2013 fixou o prazo de 02 anos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

para a realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno, que prevê 03 (três) cargos de Controlador Interno, entretanto, tais vagas de caráter efetivo nunca foram ocupadas, tendo em vista que entre o último quadrimestre de 2012 e o último quadrimestre de 2020, a Prefeitura Municipal de Muniz Freire fechou os quadrimestres com o índice de gasto com pessoal acima do limite permitido na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000).

Assim, em decorrência do índice elevado, até o final de 2020 encontrava-se vedado o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

Quanto ao ano de 2021, o fechamento dos três quadrimestres ficou com o índice de gasto de pessoal dentro do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, o provimento de cargo público ficou vedado, em conformidade com a Lei Complementar nº 173/2020. Adentramos no ano de 2023 e o fechamento do 1º quadrimestre também ficou com o índice de gasto de pessoal dentro do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deste modo, a título de esclarecimento, o Órgão Central de Controle Interno comunica que a atual Administração Municipal, tão logo consiga organizar os procedimentos necessários para realização de concurso público, almeja realizar tal processo seletivo para provimento de cargos, o que irá contribuir para a formação adequada deste Órgão e funções inerentes ao mesmo.

**6. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS.**

Processo Administrativo	Descrição do caso de dano apurado	Data de Instauração	Data de Encaminhamento ao TCE	Valor de Débito	Processo no Tribunal de Contas
00127/2023-2, 00128/2023-7	Ausência De Recolhimento De Contribuição Previdenciária No Prazo Legal	23/11/2021	24/11/2021	-	07382/2021-9
TC 469/2021	Tomada de Contas Especial	10/08/2021	16/08/2021	-	03919/2021-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

	instaurada em atendimento ao item 1.2.4 do Acórdão 331/2021				
27374/2021-1	Processo Autuado em atendimento ao Despacho 27374/2021-1, quanto as providências do item 1.2 do Acórdão 00219/2021-4 - 1ª Câmara.	14/07/2021	14/07/2021	-	03117/2021-3
TC 5162/2017-4	Tomada de Contas Especial instaurada em atendimento ao item 1.3.1 do Acórdão 01586/2018-6	13/04/2021	15/04/2021	-	01737/2021-3
TC 6853/2016-8	Atendimento ao item 1.4 do Acórdão 01652/2017-1	25/04/2019	22/05/2019	-	08587/2019-7
00047/2022-9, 00048/2022-3, 00049/2022-8, 00050/2022-1, 00051/2022-5, 00052/2022-1, 00053/2022-4, 00054/2022-9	Autuação e distribuição de Relatoria com fundamento no artigo 48, inciso I, c/c o artigo 176 caput e artigo 249, §§ 4º e 5º, todos do Regimento Interno e n/f da Portaria Normativa nº 097/2015.	04/05/2017	04/05/2017	-	02736/2017-2

**7. ACHADOS E PROPOSIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO/LEVANTAMENTO ORIUNDOS DO TCE/ES –PMG**

Quanto à finalização do Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle foi dado continuidade ao processo de proposição, revisão e orientação para elaboração de Instruções Normativas dos Sistemas Administrativos que ainda não foram



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

implementadas ou concluídas, tornando a recomendar, inclusive, acerca da necessidade de conclusão das referidas normas internas, no entanto, obteve-se êxito apenas em uma parte, ficando ainda pendente um número considerável.

O objetivo desta UCCI é dar apoio aos representantes do Controle Interno nas Secretarias/Autarquias, demonstrando a finalidade do mesmo nas unidades executoras e evidenciando a importância do Controle Interno como instrumento de eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos.

## **8. CONSIDERAÇÕES**

Como explicitado anteriormente neste relatório, a Unidade Central de Controle Interno não possui auditor em sua equipe, por isso optou por realizar ações de conformidade e/ou verificação e análise documental.

Para 2024 uma das metas prioritárias deste controle será a de dar continuidade no fortalecimento da política de transparência no município de Muniz Freire, com envolvimento de várias secretarias e autarquias, visando estabelecer diretrizes para nortear as ações de transparência. Neste sentido, quanto ao Portal da Transparência, a meta para 2024 é transformá-lo em um Portal de excelência, intensificando seu aprimoramento e monitoramento.

Dentro disso, cumpre pontuar que, em 2023, o Portal da Transparência do Município de Muniz Freire/ES foi submetido a duas avaliações. Na avaliação promovida pela Transparência Capixaba, Organização Não Governamental sem fins econômicos ou vínculos político- partidários, com o apoio técnico da Transparência Internacional – Brasil (TI Brasil), baseada no Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP), o município ficou com índice BOM.

Ainda, na busca de fortalecer a política de transparência, a equipe do Controle adotará medidas para o envolvimento dos gestores e servidores quanto à importância de manter o Portal da Transparência atualizado com todas as informações relacionadas à Unidade Gestora.

Com relação às ferramentas de acesso a informação– Sic Físico, e-Sic e-Ouv, o Controle Interno tem por objetivo a ampliação do acesso da sociedade e maior efetividade nas respostas às demandas dos cidadãos que utilizam esses canais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Ademais, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM em 2024 também serão voltadas para a manutenção dos esforços junto às UG's na conclusão das IN's pendentes, requisitando, ostensivamente, o empenho dos gestores responsáveis, para a efetivação da padronização dos procedimentos pertinentes a cada Sistema de Controle Interno, no âmbito administrativo, visando à instituição do Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle.

Por fim, esta Controladoria Geral continuará buscando intensificar parcerias com as instituições para a realização de treinamentos e capacitações dos servidores, em especial, nas áreas que demandam do Gestor maior atenção e responsabilidade no gerenciamento dos recursos públicos, como por exemplo, a gestão e fiscalização de contratos administrativos, desde seu planejamento até a fase de fiscalização e pagamento, celebração de convênios e parcerias com outros órgãos ou organizações da sociedade civil, desde o seu planejamento até a fase de prestação de contas, dentre outros, relacionados aos atos de Gestão de bens e de pessoal.

Muniz Freire, ES, 20 de março de 2024.

**LUCAS DALLAPICOLA TEIXEIRA MIRANDA**

**Controlador Geral CC-1**

Decreto Municipal n.º 9.960/2023